Editorial

O parlamento é uma instituição plural, marcada não apenas por diferentes posições políticas, mas por diversos formatos de discursos. Das manifestações inflamadas na tribuna, que representam a indignação de parcela da população, passando pelos debates nas comissões, até pareceres minuciosos no exame de proposições, os parlamentares adotam, como é próprio das casas legislativas, diferentes estratégias discursivas. Ademais, nos parlamentos, outros discursos, proferidos por autoridades públicas, representantes da sociedade civil e acadêmicos, também enriquecem o debate público, que é o coração de qualquer sociedade democrática. Os Cadernos da Escola do Legislativo constituem mais um espaço proporcionado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para um discurso não menos importante que os demais, abrangendo a linguagem científica e o debate acadêmico, que, por vezes, fica adstrito aos muros da universidade. Este periódico é uma ponte entre esse discurso e a administração pública, enriquecendo o debate público.

Esta edição começa com o artigo de **Ivo Coser** com o título *Democracia representativa e democracia direta: revisitando dois modelos*, tema que deve se manter constante na agenda de pesquisa, uma vez que participação direta e representação mantêm uma tensão dinâmica e intercomplementar, sendo reinventadas com a evolução das instituições e da sociedade. O autor descreve os principais institutos de democracia direta e confronta a teoria com experiências ocorridas em diferentes países, ressaltando a importância

de uma combinação desses institutos e da representação para dar voz aos cidadãos que se distanciam do sistema político nos casos em que a participação popular se atém ao momento eleitoral.

O segundo artigo, intitulado *Discussão como princípio fundamental do parlamento: um ideal inatingível?*, de autoria de **Rachel Cardoso Barreto**, complementa o primeiro e caminha por searas pouco exploradas. Com efeito, o artigo anterior traz uma perspectiva do parlamento como espaço de representação de interesses e de *lobby*, enquanto este artigo apresenta o parlamento como um espaço em que a discussão alimenta o vínculo entre representantes e representados. A abordagem não é acrítica, acusando o risco de que o parlamento se torne uma assembleia de facções políticas, mas revela que a razão de ser das casas legislativas como espaço do debate, amplamente reconhecida pelos autores do século XIX, ainda serve de ideal norteador para o funcionamento dessas instituições.

Cabe, então, perguntar: qual é o espaço, por excelência, para o debate nas casas legislativas? Sãs as comissões permanentes, às quais são distribuídas as proposições com o propósito de um exame acurado, com a presença de especialistas e membros do Poder Executivo, se for o caso. Eis o tema do terceiro artigo: *As comissões permanentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o processo legislativo: aspectos constitucionais e regimentais*, de **Antônio José Calhau de Resende**. O autor examina dados de três comissões da ALMG e coteja regras regimentais da Assembleia Legislativa de Minas Gerais com as da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A Assembleia Legislativa mineira também é o tema do quarto artigo, de autoria de **Luiza Cristina Almeida** e **Isabella Virginia Freire Biondini**, que abordam o tema do contingenciamento orçamentário e seus efeitos nessa instituição, enfoque certamente descoberto na produção acadêmica sobre a instituição legislativa desta unidade da federação. O tema está na ordem do dia, em virtude das restrições financeiras por

que passam os estados da Federação, razão pela qual supomos que o artigo será de interesse especial também de profissionais das demais assembleias legislativas e de câmaras municipais.

Os dois últimos artigos cuidam de temáticas que, com frequência, são objetos de exame nas casas legislativas. O quinto texto, de autoria de **Ademar Pozzatti Junior** e **Valentina Tâmara Haag**, discute o problema da eficácia dos direitos humanos, a partir da teoria crítica formulada com base em Adorno. Para desenvolver essa abordagem dos direitos humanos, os autores apresentam, em síntese possível nos limites de um artigo científico, os critérios que distinguem a teoria crítica da teoria tradicional, demonstrando o vínculo entre a concepção tradicional de direitos humanos e sua ineficácia.

O último artigo, de autoria de **Herberton Sabino** e **Wânia Maria de Araújo**, dedica-se ao tema da escola à luz das formas de gestão estratégica ou social. Os autores adotam três critérios de comparação: a participação da comunidade escolar, a concepção de eficácia e a contribuição da escola para a democratização local. O texto pode iluminar a reflexão tanto de escolas públicas quanto das particulares.

Na expectativa de que os textos constantes desta edição estimulem o debate dos temas propostos, ressaltamos que os *Cadernos* estão sempre abertos para receber novos trabalhos científicos, fortalecendo os vínculos entre a administração pública e a reflexão acadêmica.

Guilherme Wagner Ribeiro
Editor